

SAÚDE

Estatização divide os participantes da Conferência Nacional

BRASÍLIA
AGÊNCIA ESTADO

Estatização ou não do sistema de saúde. Esse foi o assunto predominante ontem no segundo dia da 8ª Conferência Nacional de Saúde, apesar de no programa constar outro tema a ser debatido: "Saúde como direito inerente à cidadania e à personalidade". A polémica foi polarizada entre representantes da sociedade civil, médicos e os poucos empresários participantes do evento.

O representante da Coordenação Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat), Carlos Frederico dos Anjos, defendeu a unificação do sistema de saúde como única fórmula para assegurar tal direito, inclusive com a estatização de todo o sistema de saúde. "Este sistema já está caduco", justificou ele.

Já a representante da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas e da Fundação Oswaldo Cruz, Sônia Fleury, apesar de reconhecer a necessidade da unificação do sistema de saúde e da extinção das atuais estruturas existentes no Ministério da Saúde e no Ministério da Previdência Social, argumentou que ainda não é a hora para tal estatização. "Ela inevitavelmente ocorrerá. É isto o que todos os setores sociais desejam, mas ainda não temos uma infra-estrutura adequada

para garantir o pleno funcionamento do sistema, caso seja estatizado", explicou.

Não obstante a presença dos empresários seja escassa na Conferência, Cilênio Arantes Azevedo, presidente da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas, um dos raros empresários participantes, afirmou que a livre iniciativa, também no setor de saúde, deve ser garantida. "A livre iniciativa tem que estar presente em todos os setores da economia, seja na produção de bens, seja na prestação de serviço", disse Arantes.

Para o presidente da Fundação Oswaldo Cruz e também presidente da comissão coordenadora da 8ª Conferência, Sérgio Arouca, o mais importante, "neste momento histórico em que vivemos", é melhorar os serviços prestados pela Previdência e a sua relação com o setor privado. "Temos que fazer uma reforma sanitária urgente, para que passemos a realizar um trabalho preventivo e não assistencial como até hoje e o que está sendo feito", afirmou.

Num ponto todos foram unânimes: condenaram a ausência dos representantes da Associação Médica Brasileira. "Com esta atitude eles demonstraram o quão imbecis estão sendo, já que não perceberam que o momento já não é aquele, quando eles cresciam sob a asas do regime autoritário", criticou Sônia Fleury.